MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria Executiva

Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais

Ata da 3ª Reunião do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT de 2014

I. Apresentação

Este documento reúne as questões discutidas e decisões tomadas no âmbito da 3ª. Reunião Ordinária de 2014 do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT - CCE, realizada em 09 de setembro de 2014, com início às 09h e término às 12h, no 2° andar, na Sala dos Conselhos, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

II. Participantes:

Álvaro Toubes Prata – Secretário Executivo do MCTI
Glaucius Oliva – Presidente do CNPq
Rodrigo Fonseca - FINEP
Carlos Afonso Nobre – SEPED - MCTI
Armando Milioni – SETEC – MCTI
Sônia da Costa – SECIS – MCTI
Luana Roncaratti – SEPIN- MCTI
Mariano Laplane – Presidente do CGEE
José Raimundo Braga Coelho – Presidente da AEB
Marcos Toscano – Chefe da ASCOF
Cláudio da Silva Valério – CNPq
Cristian Lima – SPOA-MCTI
Osvaldo Moraes – SEPED - MCTI
Elianne Prescott – ASCOF - MCTI
Monique Teresinha Pyrhro Silva – ASCOF – MCTI
Fernando Silva de Souza – ASCOF - MCTI

III. Assuntos Tratados e Discussões

O Secretário Executivo do MCTI, Sr. Álvaro Toubes Prata, submeteu à aprovação a proposta de pauta da reunião que tratou dos seguintes assuntos: 1) Abertura - Contexto e Aprovação da Ata da 2ª Reunião do CCE de 2014, realizada em 28/07/2014; 2) Plano de Investimento 2014 – a) Reprogramação do Plano de Investimento aprovado pelo CD em out/2013. – base Limite de Empenho FNDCT 2014; b) Balanço das agências: FINEP e CNPq; c) Definição das metas, prioridades, projetos e programas em consonância com a lei de orçamento anual / Limite de empenho para submissão ao Conselho Diretor do FNDCT; 3) Cenário FNDCT 2015 – PLOA; 4) Outros assuntos: a) 1. Definição da pauta da 10ª Reunião do Conselho Diretor do FNDCT (1ª de 2014), programada para 23/09/2014; b) Calendário de Reuniões dos Comitês Gestores.

Após a concordância de todos, deu prosseguimento à reunião colocando em votação a Ata da 2ª Reunião de 2014 do CCE, realizada em 28 de julho de 2014. A Ata foi aprovada por unanimidade.

Em seguida, fez um breve histórico das reuniões do colegiado, lembrando que na 1ª reunião, realizada em 22 de abril de 2014, foram discutidos os critérios e as prioridades para novas ações no exercício, quais sejam: honrar cerca de 30% dos valores das operações já contratadas; aplicar 10% do valor programado para 2014 de operações ainda não contratadas mas já selecionadas em editais; não implementar, via de regra, novas ações. Na ocasião, foram propostas e aprovadas três novas ações verticais - 1) PROINFRA 2014 - CT-Infra; 2) Evento - CT-Transporte; 3) Startup - Brasil 2ª Edição - CT-INFO - e 05 ações transversais - 1) Edital Universal 2014; 2) Edital INCTs 2014; 3) Capacitação Institucional (PCI) 2014; 4) Inova Energia e 5) Inova sustentabilidade -. Também, foi homologada a decisão de apoiar o edital Inova Aerodefesa com recursos do CT-AERO, conforme decisão do Comitê respectivo em 2013.

Com relação à 2ª reunião, ocorrida em 28 de julho de 2014, destacou que foi aprovada e homologada a ação '*Ampliação do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho*' – Acordo de Cooperação França-Brasil em Computação de Alto Desempenho, no valor de R$ 60 milhões, em 2014, e informou que o projeto está em fase de contratação pela FINEP.

Em conformidade à Pauta, o Sr. Prata apresentou a situação do orçamento do FNDCT de 2014 conforme Quadro 1, que destaca o valor previsto na PLOA 2014, que serviu de base para aprovação do Plano de Investimento de 2014 pelo Conselho Diretor do FNDCT, na 9ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2013, e a Lei Orçamentária Anual /LOA de 2014.

Quadro 1 – Plano de Investimento 2014

	Aprovado CD em 2013	LOA + Crédito 2014
LOA 2014 (26/12/2013)	**Em R$ milhões**	**Em R$ milhões**
APLICAÇÕES PRÉ-DEFINIDAS	**879,0**	**879,0**
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS	*209,0*	*209,0*
INVESTIMENTO EM EMPRESAS INOVADORAS	*50,3*	*50,3*
INCENTIVO AO INVESTIMENTO EM C&T - GARANTIA DE LIQUIDEZ	*1,0*	*1,0*
SUBVENÇÃO ECONÔMICA	*269,1*	*269,1*
Outras Ações do FNDCT (Fonte 100)	*38,9*	*38,9*
P&D EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	*250,7*	*250,7*
SIRIUS	*50,0*	*50,0*
LNNANO	*10,0*	*10,0*
NOVAS AÇÕES	**767,0**	**992,2**
CsF	*767,0*	*992,2*
AÇÕES ESPECÍFICAS DOS FUNDOS SETORIAIS	**1.752,1**	**1.752,1**
FUNDOS VERTICIAIS	1.078,2	1.078,2
AÇÕES TRANSVERSAIS	673,9	673,9
TOTAL FNDCT	**3.398,0**	**3.623,2**
CRÉDITO - FPDTE		
TOTAL FNDCT + CRÉDITO	**3.398,0**	**3.623,2**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25,3	25,3
Total geral	**3.423,3**	**3.648,6**

Destacou que a principal diferença refere-se a um crédito de R$ 225 milhões alocado na ação *Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I* - Ciências Sem Fronteiras (CSF), para atender à variação cambial das bolsas.

Em seguida, apresentou o Quadro 2 que permite verificar que o montante autorizado para empenho em 2014 atinge, no momento, R$ 2.472 milhões.

Quadro 2 – Situação do orçamento FNDCT 2014

FUNDOS	LOA 2014 (lei + crédito)	Limite de Empenho	TAXAS	AÇÕES PARA EMPENHO NO EXERCÍCIO 2014 (*)	SALDO	COMPROMISSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
	A	B	C	D	E = B-C-D	F
CT-AERONÁUTICO*	38,98	10,11	1,95		8,16	19,65
CT-AGRONEGÓCIO	81,26	11,49	4,06		7,43	39,06
CT-AMAZÔNIA	16,06	2,15	0,80		1,34	4,81
CT-BIOTECNOLOGIA	40,62	6,77	2,03		4,74	14,90
CT-ENERGIA	78,56	8,60	3,93		4,67	13,75
CT-ESPACIAL	3,42	0,91	0,17		0,74	2,43
CT-HIDRO	31,29	15,12	1,56		13,55	28,15
CT-INFO	35,39	8,82	1,77	10,10	-3,05	23,47
CT-INFRA	314,77	285,74	15,74		270,00	402,30
CT-INOVAR-AUTO	40,77	2,04	2,04		0,00	0,00
CT-MINERAL	8,47	1,30	0,42		0,88	4,30
CT-PETRO	142,60	37,86	7,13		30,73	32,23
CT-SAÚDE	89,47	19,84	4,47		15,37	47,45
CT-TRANSP.AQUAVIÁRIO	25,84	7,55	1,29		6,25	8,66
CT-TRANSPORTE	0,45	0,08	0,02		0,05	0,18
CT-VERDE AMARELO	130,25	29,55	6,51		23,03	52,84
SUBTOTAL Ações Verticais	**1.078,19**	**447,91**	**53,91**	**10,10**	**383,90**	**694,20**
AÇÃO TRANSV. - Fomento a P&D Áreas Básicas e Estratégicas (2014)	673,87	296,44	33,69	190,10	72,65	706,39
SUBTOTAL Fundos Setoriais	**1.752,06**	**744,35**	**87,60**	**200,20**	**456,55**	**1.400,59**
SIRIUS	50,00	50,00	1,00	50,00	-1,00	0,00
LNNANO	10,00	10,00	0,20	10,00	-0,20	0,00
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZACOES SOCIAIS	250,66	212,16	5,01	212,16	-5,01	0,00
SUBTOTAL OS's	**310,66**	**272,16**	**6,21**	**272,16**	**-6,21**	**0,00**
Equalização de taxa de juros em financiamento a inovação tecnológica (lei n. 10.332, de 2001)**	208,99	208,99	4,18		204,81	316,00
Investimento em empresas inovadoras	50,30	41,03	2,52		38,52	47,79
Incentivo ao investimento em ciência e tecnologia pela implementação de instrumentos de garantia de liquidez	1,00	0,02	0,02		0,00	0,98
SUBTOTAL INSTRUMENTOS	**260,29**	**250,05**	**6,71**	**0,00**	**243,33**	**364,77**
SUBTOTAL Fundos Setoriais + OS + Instrumentos	**2.323,02**	**1.266,56**	**100,53**	**472,36**	**693,67**	**1.765,36**
SUBVENÇÃO - Lei Inovação	266,10	200,08	13,31		186,78	271,93
SUBVENÇÃO - Lei do BEM	3,00	0,15	0,15		0,00	0,00
SUBTOTAL Subvenção	**269,10**	**200,23**	**13,46**	**0,00**	**186,78**	**271,93**
Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados Para C,T&I (CsF)	992,24	992,24	19,84	972,39	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES DO FNDCT (Fonte 100)	22,90	12,44	1,15		11,29	18,62
Fomento proJetos de C&T SENAI/BA	16,00	0,80	0,80		0,00	0,00
SUBTOTAL Outros	**1.031,14**	**1.005,47**	**21,79**	**972,39**	**11,29**	**18,62**
TOTAL - Fundos Setoriais + OS + Instrumentos + Subvenção + Outras Ações	**3.623,25**	**2.472,26**	**135,78**	**1.444,75**	**891,74**	**2.056,91**

Destacou, desta forma, que houve uma redução de R$ 1.151 milhão em relação ao previsto na *LOA + crédito* em 2014, representando um corte de 68% do orçamento aprovado. Esclareceu que essa redução trouxe maior impacto nas ações dos fundos setoriais e na ação transversal.

Apresentou a situação dos compromissos de exercícios anteriores que têm impacto em 2014, no montante de R$ 2.055,91 milhões, dos quais R$ 1.400 milhão referente a ações apoiadas pelos Fundos Setoriais e ação transversal. Salientou que, tendo em vista o Limite de Empenho autorizado, faz-se necessária cautela nos empenhos e definição de critérios para priorização. Informou que do Limite de empenho autorizado, da ordem de R$ 2.472,27 milhões, já foi empenhado R$ 1.024,4 milhão, restando para empenho um saldo de R$ 1.437,56 milhão. Considerando as despesas pré-definidas [CsF, no total de R$ 927 milhões; as OS's, no montante de R$ 265,9 milhões, e as ações priorizadas em 2014, como a encomenda LNCC (supercomputador), no total de R$ 43 milhões], destacou que o saldo para empenho a definir destinação é da ordem de R$ 200 milhões. Por fim, considerando as necessidades do CNPq, registrou que parte desses recursos deve ser disponibilizada para atender aos compromissos da agência CNPq.

Apresentação das agências

CNPq

Em relação à execução orçamentária do CNPq em 2013, o Sr. Glaucius Oliva informou que do total de recursos repassados à agência, no valor de R$ 1.034,6 milhão, foram empenhados R$ 994,9 milhões. Esclareceu que não foi possível empenhar a totalidade de recursos em razão de inadimplência de instituições beneficiárias dos recursos, principalmente as FAPs. Demostrou preocupação com o saldo de restos a pagar (financeiro) para 2014, da ordem de R$ 782,54 milhões, dos quais R$ 161,84 milhões referentes a bolsas; R$ 453,89 milhões a itens de custeio e R$ 166,81 milhões a itens de capital. Com relação à execução financeira de 2014, informou que já foram pagos R$ 590,54 milhões, sendo R$ 505,85 milhões em restos a pagar inscritos em 2014 e R$ 84,68 milhões de empenhos do exercício. Esclareceu que o principal esforço tem sido honrar os compromissos existentes.

Dando destaque às ações implementadas pelo CNPq em 2013, como o Edital Universal, as bolsas PQ e DT, os INCTs, RHAE, CSF, entre outas, apresentou o Quadro 3 com as necessidades orçamentárias para 2014, organizadas por fundo setorial e ação transversal:

Quadro 3 - Necessidade Orçamentária 2014-2016 (CNPq)

FUNDO	2014	2015	2016	TOTAL
AÇÃO TRANSVERSAL	294,212	80,360	18,500	**393,072**
CT-AERO	1,998			**1,998**
CT-AGRO	24,954	1,924		**26,877**
CT-AMAZONIA	1,073			**1,073**
CT-AQUA	5,281			**5,281**
CT-BIOTEC	13,384	2,604		**15,989**
CT-ENERG	8,058	1,000		**9,058**
CT-ESPACIAL	1,473			**1,473**
CT-HIDRO	9,922	2,807		**12,729**
CT-INFO	11,210	18,223		**29,433**
CT-INFRA	0,091			**0,091**
CT-MINERAL	3,893			**3,893**
CT-PETRO	10,074	1,000		**11,074**
CT-SAUDE	17,926	0,176		**18,102**
CT-TRANSP	0,141			**0,141**
VERDE AMARELO	16,354	12,000		**28,354**
Total Fundos	**420,043**	**120,094**	**18,500**	**558,637**
Ciência sem Fronteiras	1.002,000	767,000		**1.769,000**
Total Geral	**1.422,043**	**887,094**	**18,500**	**2.327,637**

Nota: situação em 04 de setembro de 2014

Na sequência, destacou que os dois grandes compromissos assumidos pelo CNPq em 2014– Edital Universal e Edital dos INCTs - só terão impacto a partir de 2015. Concluindo, informou que o CNPq vem adotando os seguintes critérios para pagamento de projetos e outras despesas, caso os valores liberados não atendam integralmente às necessidades dos projetos: 1º) Bolsas; 2º) Convênios com estados, secretarias e FAPs; 3º) Acordos internacionais; 4º) Eventos científicos (neste item, a proximidade do evento pode alterar a prioridade); 5º) Primeira parcela de editais; 6º) Segunda parcela de editais, quando a primeira tenha sido liberada a mais de um ano; 7º) Encomendas; e 8º) Despesas operacionais.

Esclarecendo um questionamento do Sr. Carlos Nobre quanto ao enorme passivo do CNPq, o Sr. Glaucius informou que no início de 2014, o volume de restos a pagar totalizava R$ 782 milhões, dos quais R$ 505 milhões já foram pagos. Desse montante, R$ 322 milhões referem-se exatamente aos editais lançados em 2013, dos quais apenas dois editais ainda não receberam nenhum empenho no exercício. Destacou que o CNPq tem conseguido arcar razoavelmente bem os compromissos financeiros e que a questão mais crítica refere-se aos editais que previam empenhos em 2014 e que talvez não seja possível realizá-los totalmente.

Estimou que o CNPq deverá entrar em 2015 com um montante inscrito em 'restos a pagar' bem menor que em 2014. Ressaltou, por fim, que muitos projetos estão recebendo agora a primeira parcela e que não deverão sofrer maior impacto.

FINEP

O Sr. Rodrigo Fonseca destacou que a FINEP está na mesma linha do CNPq, ou seja, vem implementando somente ações definidas previamente no âmbito do CCE. Ressaltou que a agência tem buscado cumprir a decisão de honrar os 30% de operações já contratadas, priorizando as diretrizes definidas na primeira reunião do ano. Apresentou dados sobre a execução orçamentária em 2014 (situação em 31 de agosto). Do limite de empenho autorizado, a FINEP já empenhou R$ 1.806 milhão, restando um saldo para empenho de cerca de R$ 400 milhões. Esclareceu que o edital PROINFRA, aprovado pelo Comitê Gestor do INFRA em 2014, não foi lançado porque falta concluir as negociações com a CAPES. Em relação à execução financeira, informou que já foi liberado R$ 1.646 milhão, sendo R$ 1.189 milhão referente a restos a pagar; o que indica o esforço em reduzir a parcela inscrita em 'restos a pagar' do FNDCT. Informou ainda serão necessários mais R$ 200,82 milhões de orçamento em 2014 para atender a carteira da FINEP (projetos em contratação e em análise ou que está aguardando projetos). Em relação à PLOA 2015, pontuou a redução da disponibilidade de recursos dos fundos setoriais, o que irá compromete as ações em curso. Esclareceu que a FINEP e o MCTI, em parceria com a ANDIFES, realizaram um diagnóstico da situação de obras de projetos contratados pelos editais anteriores do PROINFRA e novos *campi* que não puderam ser concluídas. Para resolver esse passivo está sendo negociado um edital para atender esses projetos.

Esclarecendo um questionamento do Sr. Carlos Nobre, informou que se encontra em negociação uma parceria com o MEC para atender às necessidades de infraestrutura das universidades públicas. Ressaltou que uma primeira tentativa nesse sentido seria o lançamento conjunto do PROINFRA com o Pró-equipamentos da Capes, no qual o PROINFRA seria responsável por equipamentos acima de R$ 100 mil e a Capes por equipamentos de menor vulto. Nesse sentido, o Sr. Prata destacou que o orçamento do MEC para as universidades é baseado em número de alunos, número de cursos, etc e que, por essa razão, haveria pouco espaço para que a própria instituição fizesse algumas escolhas baseadas em questões mais estratégicas. Outro ponto destacado referiu-se à dificuldade de incorporar nas negociações aspectos orçamentários.

Cenário orçamentário 2015

O Sr. Prata apresentou o Quadro 4 com o cenário para 2015 do FNDCT, com base na PLOA:

Quadro 4 - Cenário FNDCT 2015 – PLOA

FNDCT	PLOA 2014 (A)	LIMITE DE EMPENHO 2014 (B)	PLOA 2015 (C)
APLICAÇÕES PRÉ-DEFINIDAS	**878,99**	**735,72**	**1.246,27**
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS	208,99	208,99	198,09
INVESTIMENTO EM EMPRESAS INOVADORAS	50,30	41,03	50,00
INCENTIVO AO INVESTIMENTO EM C&T - GARANTIA DE LIQUIDEZ	1,00	0,02	1,00
SUBVENÇÃO ECONÔMICA	269,10	200,23	225,90
Outras Ações do FNDCT (Fonte 100)	38,90	13,24	20,00
P&D EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	250,70	212,20	479,81
SIRIUS	50,00	50,00	260,53
LNNANO	10,00	10,00	10,95
OUTRAS AÇÕES	**767,00**	**992,24**	**1.067,00**
CsF	767,00	992,24	1.067,00
AÇÕES ESPECÍFICAS DOS FUNDOS SETORIAIS	**1.752,10**	**744,35**	**1.423,35**
FUNDOS VERTICIAIS	1.078,20	447,91	485,78
AÇÕES TRANSVERSAIS	673,90	296,44	937,57
TOTAL FNDCT	**3.398,09**	**2.472,31**	**3.736,62**

O Sr. Carlos Nobre observou que houve um aumento significativo para as ações transversais em 2015. Sobre esse ponto, o Sr. Cristian Lima, da SPOA, esclareceu que nas negociações com o MPOG, o valor do limite de empenho de 2014 estava sendo usado como base para a definição da PLOA 2015. O esforço de negociação dos fundos verticais e das ações transversais esteve relacionado a um Plano Orçamentário (PO) que previa as Plataformas do Conhecimento. Desta forma, informou, o PO previu que os recursos para o Programa Nacional das Plataformas do Conhecimento/PNPC estivesse dentro da ação 20I4 – *P&D em áreas estratégicas* (ação transversal). Esclareceu que essa estratégia teria a vantagem de permitir que os recursos sejam posteriormente remanejados, conforme as necessidades do FNDCT, e que esforço no próximo ano seria o de recompor parte do orçamento dos fundos verticais. Complementou que o cenário para 2015 não é favorável, haja vista a previsão é de que não se conseguirá atingir a meta do superávit primário e, paralelamente, um cenário macroeconômico não otimista. Além disso, reforçou, 2015 será o primeiro ano de governo e, por essa razão, sujeito a ajustes orçamentários.

Em relação ao orçamento de 2015, o Sr. Glaucius apontou que, no tocante ao FNDCT, uma das alternativas para evitar o enrijecimento dos recursos, seria a transferência do Programa CsF para a pasta da Educação ou a utilização dos recursos dos *royalties* do petróleo para cobrir as despesas do programa, uma vez se tratar de iniciativa estritamente educacional. Sugeriu, ainda, que essa estratégia poderia se aplicar também às bolsas de mestrado e doutorado, que vêm sendo pagas com recursos do FNDCT. Tais alternativas, completou, permitiriam que os recursos do FNDCT fossem efetivamente direcionados ao fomento.

O Sr. Carlos Nobre salientou que o MCTI tem se tornado um Ministério que financia predominantemente capacitação, o que tem diminuído o componente da ciência de seus objetivos.

O Sr. Prata relembrou que, apesar da dificuldades, o orçamento do MCTI é o 9º orçamento dos ministérios.

Reunião do Conselho Diretor do FNDCT 2015

O secretário Prata apresentou a seguinte proposta de pauta para a reunião do Conselho Diretor do FNDCT, prevista para 30 de setembro de 2014:

1) ABERTURA - Presidente do Conselho Diretor, Sr. Clélio Campolina Diniz, Ministro de Estado da C,T&I;

1.1. Aprovação da Ata da Última Reunião

1.2. Apresentação do Programa Nacional das Plataformas do Conhecimento – PNPC;

2) BALANÇO DAS AÇÕES DO FNDCT EM 2013 e 2014

2.1. Apresentação da FINEP – Presidente da FINEP, Sr. Glauco Arbix;

2.2. Apresentação do CNPq – Presidente do CNPq, Sr. Glaucius Oliva;

3) PLANO DE INVESTIMENTO FNDCT 2014 E CENÁRIO ORÇAMENTÁRIO 2015 – Secretário Executivo do MCTI, Sr. Álvaro Prata;

3.1. Plano de Investimento 2014 – Metas e Prioridades;

3.2. PLOA 2015;

4) ACÓRDÃO 3.440/2013 – TCU

4.1. Política e Diretrizes do FNDCT – 2015;

4.2. Prioridades e Metas para 2014;

4.3. Metodologia de Avaliação do FNCT;

4.4. Relatório de Resultados do FNDCT 2013;

5) OUTROS ASSUNTOS

5.1. Aprovação da Resolução que estabelece limite para despesas operacionais do FNDCT 2014; e

5.2. Calendário de Reuniões de 2014; Calendário de Reuniões do Conselho Diretor; Calendário de Reuniões dos Comitês Gestores.

O Sr. Rodrigo Fonseca solicitou que fosse incluída na pauta uma proposta de mudança da Instrução Normativa 01 do Conselho Diretor a fim de agilizar a análise de prestação de contas dos convênios do FNDCT. Solicitou, também, que se acrescentasse proposta de Resolução que propõe rito específico para análise de prestação de contas de convênios firmados até 31/12/2007.

Com relação ao Acórdão 3.440/2013 do TCU, a Sra. Eliane Prescott, da ASCOF, esclareceu que o Acordão estabeleceu sete determinações ao FNDCT, algumas das quais envolvem o Conselho Diretor.

Dando prosseguimento a pauta, o Sr. Prata colocou em discussão proposta de calendário de reuniões dos comitês gestores. Relembrou que normalmente os debates se concentram no processo de distribuição de os recursos dos fundos, mas que em razão do cenário orçamentário para o próximo ano, não haverá margem para novas ações em 2015. Defendeu a importância de se garantir a maior transparência em relação à situação orçamentária do FNDCT e que seria importante realizar reuniões ordinárias.

O Sr. Carlos Nobre ponderou que, além de discutir a própria questão das plataformas, seria preciso esclarecer aos conselheiros quanto ao rumo dos comitês gestores. Dessa forma, defendeu a realização de reuniões em 2014 para explicar a situação atual, que vem gerando intranquilidade, e que seria igualmente importante envolver os comitês gestores no Programa de Plataformas do Conhecimento, mostrando formalmente o projeto e mobilizando-os para se engajarem no processo.

O Sr. Marcos Toscano defendeu que esse seria um momento importante para discutir não só o plano de investimento, mas também, de acordo com as próprias normas e leis do FNDCT que definem a governança dos fundos, discutir ações estratégicas; o papel do FNDCT; o formato de sua avaliação; as suas diretrizes, etc. Destacou desta forma, que seria oportuno tratar de questões mais estratégicas com cada um dos comitês gestores.

A proposta de realizar reuniões ordinárias de todos os fundos foi apoiada por todos os conselheiros. O Sr. Prata destacou que será realizada uma reunião preparatória para definir os formatos das reuniões dos comitês gestores.

Por fim, agradeceu a todos e encerrou a reunião.

IV. Deliberações:

1. O Comitê aprovou a Ata da 2ª Reunião de 2014, realizada em 28 de julho de 2014.
2. O Comitê aprovou a proposta de Pauta para a 10ª Reunião do Conselho Diretor.

Brasília, 09 de setembro de 2014

Presidente do Comitê e Secretário Executivo do MCTI